

Anos de uma nova oportunidade

Publicação: [O Mundo em Português Nº60](#)

Data de Publicação: Dezembro de 2005

Autor: Guilherme d'Oliveira Martins

A realização das iniciativas do Fórum Euro-Latino Americano abriu caminho a um novo tipo de relacionamento com o Mercosul. Mais do que meros momentos de reflexão, foi possível partir de uma abordagem cultural e política para o assumir de uma visão dos temas políticos e económicos baseada na necessidade de construir o que, de modo pioneiro, designámos como «integração aberta».

E que é a «integração aberta»? É a exigência da criação de espaços económicos e sociais não proteccionistas, aptos a suscitarem uma mundialização humana e cosmopolita, o «comércio justo» e a cooperação para o desenvolvimento. Contra a ideia de construção de espaços-fortaleza, tratar-se-ia de pensar as integrações regionais como movimentos de índole política e cívica que favorecessem a difusão e a consolidação da democracia.

Enquanto alguns insistiam na criação de espaços meramente comerciais, o IEEI e as organizações com que trabalhou preocuparam-se com a afirmação de espaços de cidadania e de vida democrática. Helio Jaguaribe, com a lucidez que lhe conhecemos, formulou desde muito cedo a necessidade de conceber uma integração transversal dos grandes espaços regionais a partir do que designou, com grande felicidade, de «joint-ventures inteligentes». E todos nos lembramos da importância dos estudos e reflexões realizados por Vera Thorstensen, Gelson da Fonseca e, naturalmente, por Celso Lafer.

E se estávamos no rescaldo do fim da Guerra Fria, ainda havia quem se entusiasmasse com a ideia de «fim da história» e de evolução idílica da globalização. No entanto, os acontecimentos históricos vieram desmentir tais leituras simplificadoras da evolução. Num «mundo de polaridades difusas», com uma única superpotência, a incerteza e a emergência de novos factores tornaram-se a regra, dando razão aos sobreavisos então formulados pelo Fórum sobre a necessidade de romper com uma inércia neo-proteccionista ou com uma visão centrada no «fundamentalismo do mercado», de que falou Joseph Stiglitz.

Ora, o conceito de «integração aberta» visava, justamente, pôr a tónica na construção política democrática dos movimentos de integração. Então dizíamos: «Europa e América Latina? Há ainda um longo caminho comum a percorrer – que defenda intransigentemente as diferenças e a especificidade das respectivas vocações, mas que permita demonstrar em actos que à tentação autista temos de saber contrapor a vontade de intercâmbio, a liberdade criadora, a solidariedade e a abertura democrática. União Europeia e Mercosul? Há uma relação a institucionalizar, na perspectiva de criação de sólidos laços de cooperação económica e política entre dois espaços integrados – que será talvez paradigmática do multi-regionalismo que é imperioso construir. Não via Winston Churchill nos «agrupamentos naturais» a melhor maneira de contrariar a tendência para a conflitualidade entre vizinhos e o principal esteio das Nações Unidas? Democracia e economia devem, assim, encontrar-se...» [1].

E pode dizer-se que o primeiro-ministro António Guterres foi dos políticos que melhor compreendeu a importância da reflexão e do trabalho persistentes realizados, ao longo da primeira metade da década de noventa pelo Fórum, em estreita ligação com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e com os seus dirigentes da altura, especialmente Ruy Altenfelder. Ao pôr a tónica na prioridade ao investimento no Brasil e no Mercosul e ao colocar na agenda política a ligação entre democracia, desenvolvimento e economia do conhecimento e da inovação, procurou abrir novos horizontes na senda de uma autêntica «integração aberta», apesar de muitas resistências. Participando do mesmo espírito, o Presidente Fernando Henrique Cardoso integrou-se activamente nas mesmas preocupações – que, infelizmente, não eram entendidas por muitas instâncias europeias e internacionais, demasiado enleadas em lógicas imediatistas.

Como disseram Gelson da Fonseca e Celso Lafer: «na esteira da lição kantiana, o que se pode dizer é que, por homologia, o exercício da democracia, no plano interno, contribui para a paz ao reforçar a legitimidade da diplomacia como um processo contínuo de diálogo e negociação» [2]. Foram então dados passos muito importantes, que só o futuro permitirá avaliar adequada e rigorosamente, no sentido de fazer das trocas e da cooperação intercontinentais factores de progresso e desenvolvimento, no sentido do universalismo da democracia.

[1] Álvaro de Vasconcelos e Guilherme d'Oliveira Martins, in *A Integração Aberta – Um Projecto da União Europeia e do Mercosul*, Lisboa, 1995.

[2] op. cit.